

EDUCAÇÃO, ÉTICA E CIDADANIA

Luís Távora Furtado Ribeiro

Para definir a ética em poucas palavras, poderíamos apresentá-la como a arte ou a experiência de viver e realizar o bem. Retornando ao melhor da tradição grega, tratava-se de viver para conhecer e praticar a virtude. E viver em harmonia conosco mesmos, com os outros, com a natureza e com o cosmos – ou com o universo, ou com Deus, como preferirmos denominar. Nunca nos esquecendo de que é indispensável não apenas falar ou pensar, mas agir eticamente – princípio da coerência –, e respeitar costumes e atitudes de outros povos e culturas em seus contextos e tradições históricas – princípio da reciprocidade.

Para alguns autores, ética e moral são expressões que significam a mesma coisa. Para outros, a ética representaria os grandes princípios gerais que norteiam as nossas vidas: – como o amar ao próximo como a si mesmo da tradição cristã. Desse modo, a norma moral seria a realização dos princípios práticos para viver e aplicar as exigências da ética aos desafios do dia-a-dia: – como o não roubar, o não matar, ou o respeitar as antigas gerações. Princípios de tantas crenças e religiões mundiais. Assim, a moral poderia ser definida objetivamente como “os sistemas de regras e princípios que responderiam à pergunta: “Como eu devo agir?”. Ao passo que a ética, por sua vez, responderia à pergunta: “Que vida eu quero viver?” (DE LA TAILLE, 2006, p. 49).

O que importa aqui é compreender e explicar a ética na perspectiva de conhecer e superar os grandes desafios que interessam à humanidade, para a preservação da vida humana e da natureza na realidade atual, reconhecida como complexa e contraditória. E que parece atingir a todos, quase ao mesmo tempo, de maneira individualizada num mundo global. Essa sociedade se revela marcada pelos antigos e conhecidos

vícios como o da opulência, esbanjamento e riqueza, coexistindo com a exploração, a pobreza e miséria. Tudo isso agravado pelo crescimento dos gastos militares, pelo armamentismo – convencional e nuclear – e pelas guerras.

Desse modo, para se introduzir a problemática da relação entre Educação, Ética e Cidadania, faz-se necessário que procuremos definir e precisar melhor o conceito de cidadania ao longo da história. Nesse resgate, reportaremos-nos a alguns momentos históricos, considerados abrangentes e indispensáveis, para a compreensão da evolução dessa prática social que se convencionou chamar de cidadania. A respeito da ética, apresentam-se, logo a seguir, alguns dos grandes desafios que se apresentam para a sociedade atual. E uma reflexão com base nas ideias de Sócrates, com seu método para a reflexão comumente apresentado como “maiêutica”.

A Evolução do Conceito de Cidadania na História

Na Grécia Antiga, especialmente em Atenas, a abundante riqueza originária do comércio e a ascensão dos mercadores exigiam dessa classe social uma maior participação nas decisões políticas. A inversão de riquezas para favorecer a arte e a cultura trazia, entre outros objetivos, o de levar ao povo novas ideias e uma nova visão de mundo que interessasse àquela classe em ascensão. Os mercadores lutavam por espaço com setores da tradicional e estagnada aristocracia rural e precisavam justificar uma maior presença dos comerciantes – os homens da cidade –, nas decisões. A Filosofia Política entra ação. Era preciso ampliar os canais de participação para esses homens da cidade, mas não se deveria exagerar para não incitar maiores aspirações e revoltas populares. Colocava-se então a questão fundamental: – Quais dentre os homens da cidade estariam aptos a participar da tomada de decisões?

Muito já se falou que a democracia grega era dominada pelos homens, escravista e de classe. às mulheres, escravos, estrangeiros, artesãos e camponeses era negado o direito de participação nas assembleias em praça pública. Produzir e obedecer era seu ofício, liberando o cidadão — os homens livres, os ricos que cultivavam o ócio —, para as funções mais nobres como a arte, a política e o lazer.

Vejamos esse relato. No apogeu da democracia grega, Tucídides, o historiador, escreve a respeito do governo de Péricles, Séc. V a.C:

[...] tinha sempre as rédeas na mão: quando a massa queria tomar o freio, sabia como espan-tá-la e atemorizá-la [...] só de nome era uma democracia [...] na realidade era o domínio de um eminente [...] (Informação verbal).

É claro que o discurso superava a prática, especialmente em tempos de guerra. Em um inflamado discurso na oração pelos mortos da guerra do Peloponeso, Péricles (493 a 429 a. C.) afirma:

[...] Este governo, próprio de Atenas, recebeu o nome de democracia, por que a sua direção não está na mão de um pequeno grupo, mas sim da maioria... Os que têm como profissão o trabalho manual não são afastados da política... Cada um será, por seu turno, governante e governado [...].

Considerado hoje como um nacionalista, antes de morrer, Péricles instituiu a lei que concedia a cidadania apenas e exclusivamente para os filhos de pai e mãe atenienses. Não esquecendo que, ao assumir o governo e a vida pública, Péricles demonstrou que incentivaria as artes, financiando o coro *Os Persas*, tragédia escrita por Ésquilo.

Já podemos definir cidadania para os gregos: era o direito de decidir os destinos da cidade. Não é difícil perceber a semelhança com os dias atuais. Um fosso enorme separa o discurso oficial da prática concreta. E a limitação da participação popular.

A explicação era dada pelas próprias ideias políticas. As causas da segregação não estavam na estrutura social, mas na natureza dos indivíduos. E aí a educação tinha um papel fundamental para Platão (427 a 347 a. C.). As crianças seriam educadas pelo Estado por aproximadamente duas décadas. Nesse momento far-se-ia a distinção. Os homens de sensibilidade grosseira e “alma de bronze” se dedicariam à agricultura, ao artesanato e ao comércio. Realizar trabalhos manuais – considerados inferiores –, seria o seu destino. A estes não caberia a arte do governo por serem dominados pelas emoções, pelas paixões e pela superficialidade das aparências.

Prosseguindo os estudos por mais uns dez anos, seriam separados os que tivessem a “alma nobre, de ferro” e a qualidade essencial dos guerreiros. A estes caberia a missão de guerreiros, como os guardiões do Estado e da própria democracia.

Por último, aproximadamente aos cinquenta anos de idade, após uma esmerada educação em filosofia e na arte do diálogo, os homens que possuíssem uma “alma de ouro”, estariam aptos ao exercício do governo e do poder. Sua prática política deveria manter a cidade coesa e exercer a liderança, para se consolidar a democracia.¹

Eis a função da educação em Atenas: agindo por eliminação, ir distinguindo os homens do trabalho dos homens de ação – os militares – daqueles homens

¹ Senão vejamos: “No Estado, todos vós sois irmãos [...] mas o deus ao plasmar-vos, a todos os que eram aptos para mandar, infundir ouro em vosso interior ao gerar-vos, por serdes os mais dignos; ministrou prata na composição de todos os aptos a serem defensores; porém, ferro e bronze na dos camponeses e outros artesãos [...] aos governantes [...] ordenou o deus que nada vigiem melhor do que a prole [...] e se um seu filho chegar a conter bronze e ferro [...] dêem-lhe um cargo adequado à sua natureza, o relegamos entre os artesãos e camponeses [...] se um desses nascer com mistura de ouro e prata ... elevem-no à condição dos guardiões ou defensores”. In: PLATÃO. *A República*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1973.

de decisão e sabedoria — os magistrados e governantes. Era através da educação que se garantiria aos trabalhadores uma escolaridade mínima, mas sem qualquer garantia de ascensão social.

Avançando alguns séculos no tempo, perguntamos como seria a cidadania na sociedade medieval. Essa pergunta torna-se imprópria numa sociedade predominantemente rural e tão hierarquicamente estratificada, quase sem mobilidade social. É preciso refazer a pergunta. Deveríamos talvez perguntar como se organizava aquela sociedade e quais os espaços de participação nas decisões.

A riqueza era baseada na posse da terra e seu uso através de arrendamento e pagamento de impostos. O trabalho era servil e prendia o camponês à terra, à mercê de uma série de obrigações como afirma Hubermann:

“os camponeses eram mais ou menos dependentes”. Acreditavam os senhores que existiam para servi-los. Jamais se pensou em termos de igualdade entre senhor e servo. O servo trabalhava a terra e o senhor manejava o servo. E no que se refere ao senhor, existe pouca diferença entre o servo e qualquer cabeça de gado de sua propriedade. (HUBERMAN, 1985).

Percebe-se claramente que só os proprietários decidiam, quer dizer, “manejavam” a vida dos servos. Adaptando a frase de Charles Chaplin diríamos: “Servos, não sois homens, coisas é o que sois”. Não é preciso dizer que coisa não participa. É o outro que dá sentido à sua vida ao conduzi-la de um lugar a outro. Não há participação e sim sujeição. Arar a terra será sempre seu destino.

Enquanto os nobres dividiam suas terras em troca de renda e trabalho, a Igreja ampliava suas propriedades. E aí a encontramos como a maior responsável pela educação medieval. Se não apenas formal, a escolástica, para uma minoria, era principalmente informal nos ritos e celebrações para a grande maioria.

Para os servos; havia uma esperança fundamental: se nessa terra não havia lugar para eles, em outro lugar, no céu, após a morte, haveria uma vida em plenitude. O Reino de Deus seria o lugar da felicidade. O sofrimento da vida cotidiana não se compararia às alegrias da vida eterna. Assim, somente em outra vida seria experimentada a cidadania, entendida agora como a superação de todos os sofrimentos. A postura política e suas intenções tornavam-se claras. Era necessário conformar-se, submeter-se e esperar para merecer a recompensa futura. Na verdade, essa promessa revelava-se um engodo. A realização após a morte, noutra tempo e em outro lugar, só garantiria nesse mundo a sujeição. Pode-se afirmar que o sistema feudal, em última análise, repousava sobre uma organização que, em troca de proteção, frequentemente ilusória, deixava as classes trabalhadoras à mercê das classes parasitárias — os servos à mercê da nobreza e do clero — e concedia a terra, não a quem a cultivava, mas aos capazes dela se apoderarem.²

Novamente a educação reaparece aqui com toda a carga de ideologia. Era preciso garantir um processo combinado de exclusão social e acumulação de riquezas. A justificativa agora não era política ou filosófica — como fora em Atenas —, mas espiritual, religiosa. O conteúdo parece o mesmo: à maioria cabe trabalhar e produzir. Tomar decisões e partilhar as riquezas não deveria ser prerrogativa sua.

Até aqui a cidadania define-se como: — a participação política nas decisões da cidade: — e na esperança de uma vida plena e feliz, mesmo que depois da morte.

Gestado durante séculos, dentro do próprio sistema feudal, surge o capitalismo. Uma nova classe revoluciona a sociedade. Os burgueses são empreendedores. Comerciantes ávidos por lucros, reinvestem parte de seus recursos na pesquisa de novas tecnolo-

² ver Huberman, 1985, p. 23 e 24.

gias. Reorganiza-se a produção sob novas formas de exploração. O trabalho assalariado nas fábricas é a mais nova e bem articulada forma de expropriação da mão-de-obra e da geração de excedente produzido através do trabalho.

Não faremos aqui um resgate da ascensão revolucionária da burguesia e todo seu processo de constituição como classe social. Apenas nos reportaremos a alguns aspectos desse longo e bem-sucedido processo histórico. Essa ascensão teve como marco econômico a revolução industrial inglesa. Na política, o ponto alto desse acesso ao poder foi a Revolução Francesa. Ambas ocorrendo durante o século XVIII.

Sua ascensão vai se dar em árdua luta contra a nobreza feudal e sua expressão política, o absolutismo dos reis. Sua promessa mais tentadora era a de uma sociedade de bem-estar, abundância, liberdade, fraternidade e igualdade para todos, em oposição à estagnação e dominação da nobreza feudal. Classes populares e intelectuais apostaram nessa promessa e apoiaram com decisão a revolução burguesa.³

Não se tratava mais de se buscar uma felicidade após a morte, em outro tempo e em outro espaço. Tratava-se então de ser feliz aqui e agora. A 26 de agosto de 1789 é divulgada a *Declaração de Direitos dos Homens e Cidadão*. O individualismo burguês é traduzido pela noção de Direitos Humanos Individuais. Aparece aqui o indivíduo posto em confronto com a sociedade. Nova característica da cidadania aparece então: a noção de direitos individuais que devem ser respeitados. Dentre suas promessas estão a liberda-

³ O filósofo iluminista Rousseau (1712 – 1778) escreveu num livro clássico: “[...] Uma observação deverá servir de base a todo o sistema social: o pacto fundamental, em lugar de destruir a igualdade natural, pelo contrário substitui por uma igualdade moral e legítima aquilo que a natureza poderia trazer de desigualdade física entre os homens, que, podendo ser desiguais na força ou no gênio, todos se tornem iguais por convenção e direito”. Cf. ROSSEAU, *Do Contrato Social*, São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores)

de de expressão e de associação e, posteriormente, a educação para todos.

Além da necessidade de apoio político, a promessa de universalização do ensino se baseava numa questão prática: o desenvolvimento das ciências, das tecnologias e das novas técnicas passam a exigir uma melhor qualificação dos trabalhadores em diferentes graus ou níveis de cultura, de conhecimento e escolarização.

Nem é preciso dizer que aquela promessa de democracia não se concretizou. A burguesia realmente liderou a sociedade na produção da abundância e da fartura, mas não repartiu seus benefícios: nem a participação política nem das riquezas.

Por sua vez, após mais de duzentos anos, aquela promessa burguesa de educação para todos tem apresentado suas limitações. Na verdade, há universalização do ensino, mas uma barreira invisível impede o progresso da grande maioria dos alunos represando-os nas séries iniciais da educação básica, especialmente quando tratamos das classes populares e de países periféricos.

Com o surgimento da burguesia, o proletariado constitui-se como classe trabalhadora. E é a luta dos operários, camponeses e trabalhadores em geral que vai transformar-lhes em sujeitos históricos. A cidadania não é mais uma dádiva, mas uma conquista. As novidades dos direitos individuais sobrepõem-se e articulando-se com os que são reconhecidos agora como os novos direitos — os direitos coletivos.

Eis aqui uma grande novidade. Associações populares e sindicais fazem avançar o conceito de cidadania como expressão das necessidades, lutas e conquistas coletivas. Grupos de socialistas utópicos, anarquistas, socialistas e comunistas procuram dar um sentido mais amplo e internacional a interesses e mobilizações localizadas. E será no seio das contradições da sociedade burguesa que o conceito de cidadania assume novas cores. Surge uma nova face dessa cidadania em três aspectos fundamentais:

- os direitos humanos individuais, como a liberdade e a educação;
- a luta permanente contra quaisquer formas de exploração;
- e compreensão da cidadania como uma conquista social, coletiva.

Revela-se, assim, uma outra face da educação. Os explorados educam-se na própria ação e na reflexão sobre sua prática. O que nos apresenta mais uma novidade:

- onde houver movimento político, haverá ali uma ação educativa.

A Cidadania e a Procura pela Identidade Perdida

Chegando a tempos mais recentes e atuais, compreende-se que uma das grandes características da sociedade nos últimos anos é a ampliação e a fragmentação dos diversos sujeitos sociais, muitos em busca da identidade e da cidadania.

Cada vez mais aparecem grupos motivados, consciente ou inconscientemente, pelas mais diferentes necessidades de participação e luta política. Grupos de mulheres, negros, ecologistas, moradores da periferia das grandes cidades, grupos religiosos, de jovens e sem-terras, dentre tantos outros, confirmam a nova face da ação coletiva pela cidadania. E por uma ética reconhecida, do modo mais ou menos explícito, como um movimento coletivo, mesmo que não coordenado, para preservar e responder às necessidades e interesses da maioria.

No início dos anos 1990 e 2000, em oposição mais ou menos organizada e consciente à sociedade opressiva, encontramos grupos de características renovadas. As principais delas definem-se como a busca de reconhecimento, expressão e identidade social que parece comum à maioria deles. Nesses grupos que se

formam a partir de práticas, preferências e linguagens comuns, a integração e a interação realizam-se através de vínculos particulares de solidariedade através de ritos de passagem e de iniciação que incluem demonstração de bravura e coragem, respeito a códigos não escritos de conduta, chegando até a conquista de um novo nome. Grupos de *funks*, *punks*, grafiteiros, galeiras, torcidas organizadas, *hooligans*, *skin heads*, *heavy metal* e *emos*, são alguns exemplos extremamente diferenciados. Outros grupos também aparecem diante da sociedade massificada; seitas religiosas, grupos pacifistas, organizações não-governamentais e de defesa dos direitos humanos, dentre outras.

O que podemos afirmar é que vivemos um tempo de uma insatisfação social meio difusa e sem formas de expressão e compreensão claras. Coletivamente ou isolados em pequenos grupos, todos parecem transitar entre a tentativa de onipotência do controle do Estado, até o desespero nihilista e meio sem rumo de alguns grupos alternativos. Restam ainda novas formas de convivência social acessadas solitariamente pelos jovens através das redes sociais de comunicação *on line* via computador.

Politicamente, seu grande problema político tem sido a fragmentação, a falta de objetivos comuns e, principalmente, a pouca discussão sobre os conflitos e problemas sociais que dizem respeito a todos. Do desemprego e da precarização do trabalho aos problemas de saúde e moradia, das questões educacionais à problemática ambiental.

Desde meados do século XX, novos atores sociais e temas fundamentais aparecem com a urgência de sua ameaça potencial ou real de destruição da humanidade e de toda a vida na terra. O armamentismo nuclear e o aumento dos gastos militares, o aumento exponencial da pobreza e a estagnação social e econômica de numerosos grupos sociais e de países, a diferença crescente entre ricos e pobres, além da ameaça de destruição do planeta se agravam ainda mais pelo

consumo predatório e pelo modelo de desenvolvimento destrutivo praticados pelas classes e países ricos.

Numa sociedade de massas sociais disformes marcadas pela ênfase na racionalidade econômica, na produtividade e no consumo, a busca de espaços de comunicação e participação tornaram-se uma grande possibilidade. Parece faltar a esses grupos clareza teórica e unidade política para o debate e a busca coletiva de saídas e soluções apropriadas.

Como vimos, a conquista da cidadania passa por alguns temas fundamentais:

- participação efetiva nas decisões da cidade. Dimensão da política;
- busca da felicidade, quer dizer, da realização plena da vida humana;
- respeito aos direitos humanos fundamentais, sejam coletivos ou individuais;
- luta coletiva contra todas as formas de opressão e de exploração;
- preservação do meio ambiente e da vida humana sobre a Terra;
- ampliação dos espaços de liberdade, de expressão e de comunicação;
- além do resgate da identidade e da subjetividade na sociedade massificada.

O homem do início do século pode aspirar, de forma mais ou menos consciente, a realização desse conceito amplo e complexo de cidadania. Mecanismos de participação e comunicação devem ser buscados, para além do mero direito individual e liberal de votar e ser votado nas eleições representativas. E construir esperanças. E dias melhores que poderão chegar, mas a luta — que deverá ser coletiva —, não será nada fácil.

Num artigo recente sobre a ética, o psicanalista Valton Miranda realiza uma reflexão sobre a falsa cidadania de uma sociedade baseada na satisfação imediata e midiática do consumo de massas, apresentado como suprema aspiração da vida humana:

A perversão gerada por esse gigantesco mecanismo impulsiona o sistema midiático a fabricar consumidores no lugar de cidadãos. O cidadão que deve introjetar regras de direitos e deveres sociais é levado a incorporar, pelo constante choque de imagens, a compulsão consumológica ... A quebra do vínculo de amizade entre pessoas, substituída pela irracionalidade competitiva tem de ser camuflada pela indústria do entretenimento, na qual tudo se transforma em espetáculo... A deformação de palavras como cidadania, liberdade ou direitos humanos se tornou fetichismo no qual a aparência substitui a essência. *Jornal O Povo* (12/jul./2009).

É importante dizer que numa visão majoritária nos dias atuais, muito interessante para os setores conservadores, as múltiplas dimensões da cidadania são praticamente reduzidas e resumidas a uma só: a noção de direitos e deveres individuais. Quando se trata da política, a cidadania restringe-se apenas ao direito de exercício do voto nas eleições representativas. Com relação à mídia de massas, a participação se resume à leitura de mensagens dos espectadores em programas de entretenimento ou em transmissões esportivas. Quando muito, ela se reveste em votações via *Internet* ou telefone para a escolha de filmes ou para a seleção ou eliminação de participantes de *reality shows*. Nada é concedido à participação na definição, na interferência ou mudança efetiva na linha editorial das emissoras.

Perde-se aqui a inexistência de qualquer noção de cidadania vinculada aos direitos das maiorias ou à participação social e política de natureza coletiva.

A Ética de Sócrates para Tempos Atuais

Retornando ao melhor da Grécia antiga, de acordo com Chauí (2001), um sujeito ético não se deixa levar ou conduzir pelas paixões, pelos acasos da sorte, ou pelas opiniões, desejos e vontade de um e de outro, mas obedece apenas à sua vontade racio-

nal. Nesse sentido, desde Sócrates (470 – 399 a.C.), descobrimos que esse processo de se tornar autônomo apresenta-nos alguns perigos. Para Sócrates, um deles é o de sempre trazer respostas prontas que nos vêm do passado, às quais recorremos mecanicamente, praticamente, sem pensar ou refletir.

Para que seus contemporâneos observassem isso, Sócrates perguntava a todos quais seriam os valores nos quais acreditavam e que os conduziam à ação. Partindo daí ele questionava: – *O que é a coragem? – E a justiça? – E a amizade?*

As respostas de seus ouvintes sempre surgiam de imediato: – *Elas são virtudes.*

Quando Sócrates perguntava então: – *E o que são as virtudes?*

Ao que respondiam seus interlocutores: – *É agir em conformidade com o bem.*

Para deixar todos atônicos e fazê-los refletir, ele questionava: – *E o que é o bem?*

Para Marilena Chauí, e para Sócrates, o campo ético seria composto por dois polos que são complementares e fundamentais e que se relacionam: – o agente ou o sujeito moral; – e os valores morais ou virtudes éticas. Como dissemos, a constituição de um ser consciente e racional agindo em busca do bem para entrar em harmonia: – consigo mesmo; – com a natureza; – com a sociedade em que vive; – e com o cosmos.

O objetivo de Sócrates era mostrar aos atenienses – numa lição muito útil para os dias atuais – que eles respondiam e agiam sem efetivamente refletir ou pensar por si mesmos. Nesse contexto, realizamos aqui uma reflexão a respeito das diversas influências éticas que nos vêm da tradição e da modernidade e que recebemos com naturalidade ou como novidades, que seguimos como modismos, que muito influenciaram nossas vidas e esses dias atuais. Diga-se que o filósofo não conseguiu muito sucesso entre seus contemporâneos, sendo condenado à morte por uma dupla acusação: – negar a existência dos deuses; – e por corromper a ju-

ventude. Talvez porque ensinar a pensar, a questionar e a refletir contrarie, tanto ontem quanto hoje, interesses de grupos instituídos, poderosos e influentes.

Sabemos então, que não existe uma única ética, mas diferentes propostas e projetos sociais, morais e de comportamento, muitos deles conflitantes e inconciliáveis entre si, mas que exercem influência marcante entre nós. Como por exemplo, o dos socialistas, o dos cristãos e o dos capitalistas liberais. Vale dizer que muitas dessas influências atuam de forma combinada e contraditória em nosso inconsciente individual e coletivo, proporcionando respostas articuladas, nem sempre coerentes, mas a partir de esquemas mentais e atitudes complexas.

Esse contexto vem demonstrar a existência desses contornos culturais que influenciam, não só a educação e a ética, como todas as dimensões da vida humana. Como dissemos, é indispensável lembrar que, para se construir a cidadania como vimos aqui, torna-se urgente e necessária uma discussão coletiva sobre a possibilidade de um consenso racional mínimo, pelo menos, em três aspectos fundamentais:

- para garantir nossa convivência coletiva nesse mundo plural;
- para se respeitar a natureza e se preservar o planeta;
- e para se garantir a continuidade e a realização da vida humana sobre a terra.

E assim, conhecer a ética e compreender a cidadania. E praticar a virtude.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Jacques, Denise e Oscar. *Das sociedades modernas às sociedades atuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais, temas transversais*. Brasília: Inep/MEC, 1998.

PERGAMUM
BCCE/UFC

- DE LA TAILLE, Yves, *Moral e ética*. Porto Alegre: Art-med, 2006.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Cidadania e formação técnico-profissional, desafios neste fim de século*. Rio de Janeiro — RJ, [s.n.], 1998. (Mimeo)
- GAARDER, Jostein. *O Mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985. p. 17.
- PLATÃO. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. *A República*. São Paulo: Difel, 1973.
- PRELOT, Martim. *As doutrinas políticas*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, VI. 1987. p. 54.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores)
- RIBEIRO, Luís Távora Furtado, MARQUES, Marcelo Santos e RIBEIRO, Marco Aurélio Patrício. *Ética em três dimensões*. Fortaleza: Brasil Tropical, 2002.
- SANTOS, Theotonio dos. *Economia mundial*. Petrópolis: Vozes, 1993.